

I SEMINÁRIO NACIONAL DE TRABALHO E GÊNERO

SESSÃO TEMÁTICA N°8: Industrialização, precarização e trabalho feminino

TÍTULO: “Precarização e *informalização* do trabalho feminino urbano no Goiás contemporâneo”

AUTOR: Francine Basile

RESUMO

O presente estudo procura analisar, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, IBGE), em quais condições de emprego e renda cresceu a participação feminina no mercado de trabalho do estado de Goiás. O intuito é tentar identificar, quantificar e compreender os graus envolvidos de informalização e precarização das condições, relações e ganhos do trabalho feminino na atual dinâmica do mercado de trabalho goiano.

A informalidade é aqui tratada como um movimento de degradação da qualidade das ocupações exercidas e de precarização das formas de inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

Os critérios utilizados têm como base a evolução das taxas de participação da mão-de-obra na PEA, os níveis de desemprego e rendimento, a estrutura ocupacional da PEA e as modificações no grau de formalização das ocupações segundo gênero e setor da atividade econômica em Goiás ao longo dos anos compreendidos entre 1993 e 2003..

Palavras-chaves: trabalho e gênero. informalidade.

INTRODUÇÃO

Temos assistido, nas últimas décadas, um crescimento notável do número de trabalhadores exercendo suas atividades à margem de qualquer regulamentação, controle e proteção por parte do poder público. O contingente de vendedores ambulantes, autônomos, empregados sem carteira assinada e trabalhadores domésticos sem registro não para de crescer e têm despertado a atenção dos estudiosos sobre suas condições de vida e de trabalho.

Sabemos que é evidente a importância do trabalho dito *informal* em termos de geração de postos de trabalho no Brasil. Segundo Mattoso (1999) a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE, 1999), realizada nas seis maiores regiões metropolitanas do país, revelou que em 1999 aproximadamente quase a metade da população ocupada encontrava-se na informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de proteção e saúde, direito à aposentadoria e seguro-desemprego; ou seja, com sinais claros de degradação das condições de trabalho e de seguridade social. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que seis de cada dez novos postos de trabalho gerados desde 1990 no Brasil são informais, e esta proporção tem aumentado nos últimos anos. (TOKMAN, 2001).

Não existe um consenso na área quanto à correta definição do termo *trabalho informal*. Na verdade, há uma miríade de ocupações, completamente distintas entre si em diversos aspectos, que compõem este mercado. Mas podemos compreender a natureza destas ocupações a partir de suas características comuns.

Os estudos de vários especialistas¹ demonstram que tais ocupações se caracterizam pela precariedade nas condições, relações e ganhos de trabalho. São exercidas em longas e instáveis jornadas de trabalho onde os ganhos são baixos e incertos para os padrões médios de rendimento e estabilidade dos trabalhadores formais. Não possuem acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos nem qualquer tipo de registro, controle ou proteção por parte das instituições públicas, o que as tornam continuamente sujeitas à repressão policial e à

¹ Singer (2000), Mattoso (1999), Pochamann (1999, 2000), Bosco (2003) e Dalbosco (2000)

espoliação de intermediários, usuários, fiscais e policiais corruptos. Apresentam baixa qualificação e reduzida produtividade.

O fenômeno da informalidade não é recente no país, e muito menos no mundo, mas na década dos anos de 1990 atingiu proporções alarmantes. Segundo Mattoso (1999) e Bosco (2003), o Brasil nunca conviveu com um grau tão crescente de deterioração e vulnerabilidade das condições e relações de trabalho como a partir desta década.

Não devemos nos esquecer que, ao longo do século XX, o país se transformou em uma economia industrial e urbana capaz de ampliar significativamente tanto a participação dos assalariados entre os trabalhadores ocupados como os mecanismos institucionais de proteção ao trabalhador. Porém, já a partir dos anos de 1980, o mercado de trabalho formal perde seu dinamismo e começou a surgir com relativa intensidade o problema do desemprego urbano e da deterioração das condições de trabalho. Nos anos de 1990, a geração de empregos passa a refletir as profundas transformações estruturais da economia brasileira e o baixo desempenho de suas atividades econômicas fazendo “explodir” os indicadores de desemprego e precariedade do trabalho, independentemente da metodologia utilizada para mensurá-los.

Paralelamente ao processo de intensa *informalização* do mercado de trabalho urbano no país, houve mudanças significativas na composição da força de trabalho. Um dos aspectos mais relevantes desta modificação diz respeito à ampliação das taxas de participação das mulheres na atividade econômica.

Porém, a expansão do emprego feminino nas últimas décadas vem ocorrendo em condições de trabalho pouco favoráveis a uma inserção de qualidade no mercado de trabalho. Segundo Scorzafave (2004), Leone (2003) e outros², apesar de ocorrer um aumento da participação feminina nos espaços formal e informal do mercado de trabalho, ele se traduz em sua maioria nas áreas onde predominam os empregos mais precários, vulneráveis e de baixa remuneração e, em situações de pobreza, exploração e exclusão social. Constata-se que as taxas de desemprego feminino e a proporção de mulheres ocupadas em condições de informalidade são maiores que as masculinas. (TOKMAN, 2001). Nesse sentido, a crescente participação da mulher na força de trabalho tem sido marcada pela desigualdade de inserção, de remuneração e de oportunidades, com conseqüências diretas sobre a qualidade de vida de suas famílias.

Parece, portanto, que estamos diante de um paradoxo: o forte crescimento do emprego feminino no país, capaz de proporcionar maior autonomia e participação nas decisões da vida social, política e econômica para as mulheres ocorreu, simultaneamente, em meio a uma crescente degradação e *informalização* das condições e relações de trabalho.

Quando nos deparamos com estes dados e informações, as perguntas são inevitáveis. Quais são os fatores responsáveis pelo crescimento do trabalho informal, e, notadamente, do trabalho informal feminino nas últimas décadas do século XX? Será que a deterioração do mercado de trabalho está restrita a algumas regiões ou podemos generalizar a análise, geralmente concentrada nos seis maiores centros urbanos, para o restante das cidades brasileiras? Quem são as trabalhadoras informais do estado de Goiás e como se comportam os indicadores capazes de *capturar* a sua presença na sociedade? Podemos também afirmar que são as mulheres, sobretudo as mulheres adultas goianas, as mais atingidas pelo fenômeno da informalidade e precariedade dos novos postos de trabalho gerados, à semelhança do que vem ocorrendo em outras regiões?

As respostas se fazem necessárias e urgentes para a elaboração e aplicação de políticas públicas sociais adequadas ao atendimento da população bem como à compreensão do próprio

² HIRATA (2003), VALENZUELA (2003), BRUSCHINI (1995), ROY (1999) e CACCIAMALI (2002).

fenômeno, no contexto de desenvolvimento da economia goiana, para a construção de mecanismos eficazes na superação dos padrões históricos de pobreza e desigualdade social. Como nos ensina Tokman (2001), o problema do emprego diz respeito nem tanto ao desemprego em si, mas principalmente àquelas ocupações que não permitem o acesso dos indivíduos às condições adequadas de trabalho e renda, agravando os índices de pobreza e a situação de exclusão social.

Portanto, este trabalho pretende identificar, quantificar e analisar, a partir dos indicadores de formalidade e precariedade da ocupação em Goiás, a evolução e atual dinâmica da participação das mulheres no mercado de trabalho goiano de forma a compreender a dimensão do fenômeno da informalidade sobre as relações e condições de trabalho por gênero.

Os dados utilizados para esse estudo foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), referente aos anos de 1993 a 2003. Dentre os indicadores empregados encontram-se aqueles relacionados ao perfil da PEA feminina no estado como participação na atividade econômica, desemprego, distribuição ocupacional, grau de formalização das ocupações em nível setorial e variação no nível de rendimento médio.

Definimos *mercado de trabalho informal* como um mercado de compra e venda de serviços de mão-de-obra sem registro institucional e desprovido de qualquer vínculo com a seguridade social pública. Este mercado é representado pelos empregados remunerados e/ou não, cujos contratos de trabalho não são regidos pelos regimes celetistas ou estatutários; pelos trabalhadores que exercem ocupações por conta própria, para outros ou para consumo e uso próprio, sem qualquer tipo de regulamentação, controle e proteção por parte das legislações vigentes – fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais.

Consideraremos como trabalhador informal as seguintes categorias ocupacionais: empregado e trabalhador doméstico sem carteira assinada, trabalhador por conta-própria, trabalhador não-remunerado e trabalhador na produção ou construção para o próprio consumo e uso. É importante salientar que não desconsideramos os problemas teóricos e metodológicos pertinentes a esta classificação, mas foi necessário adotar um critério de definição para tornar a análise viável.

Iniciamos nosso estudo a partir da análise das alterações ocorridas no perfil da PEA feminina em Goiás, verificando as taxas de participação econômica e de desemprego. Em seguida, traçamos um breve panorama do desenvolvimento recente da economia goiana de forma a contextualizar as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho do estado. Finalmente, verificamos as principais mudanças na estrutura ocupacional, o grau de formalização das ocupações, por setor econômico e gênero, e a evolução do nível de rendimento médio das mulheres ocupadas para compreender e avaliar o quadro de informalidade presente nas condições e relações de trabalho feminino em Goiás.

1. Características e evolução da PEA feminina em Goiás

Ao longo das últimas décadas do século XX, as mulheres ampliaram seu espaço no mercado de trabalho urbano brasileiro, configurando um processo que ficou conhecido como *feminização do trabalho*³. Segundo Leone (2003), na última década do século XX houve

³ Vários são os fatores, amplamente percorridos pela literatura, envolvidos neste processo. Quedas substanciais nos indicadores de fecundidade nacional; maiores dificuldades de composição da renda familiar, obrigando a busca de trabalho remunerado por parte das esposas; maiores níveis de escolaridade alcançados pela população

uma nítida expansão da ocupação feminina de forma generalizada em todas as principais regiões metropolitanas do país. A análise da ocupação feminina no Brasil, seja em qualquer das regiões mencionadas, confirma também que a População Economicamente Ativa (PEA) feminina ficou mais madura no período.

No estado de Goiás, este fenômeno foi semelhante. Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), a população em idade ativa (PIA) cresceu, entre 1993 e 2003, 3,17% ao ano, passando de 3.304.617 pessoas para 4.352.155 em 2.003. Em função do acelerado processo de urbanização, tal fenômeno esteve concentrado no crescimento da população urbana, já que a população rural apresentou taxas negativas de crescimento.

Em relação à composição da população ativa, houve um crescimento ligeiramente mais expressivo da população feminina no estado: mais 538.626 mulheres – acima de dez anos ou mais – vieram constituir a população ativa do estado entre 1993 e 2003, perante um adicional de 508.912 homens no período. Através dos dados da tabela 1, podemos verificar que a PIA feminina cresceu 32,41% e, a masculina, 30,98% no período. O ritmo de crescimento foi mais intenso para as faixas de maior idade, tanto para a população masculina quanto para a feminina. Isso revela a configuração de uma população mais adulta e feminina no estado.

**Tabela 1 - Taxas de crescimento da PIA por gênero
Goiás, anos: 1993-2003 (%)**

PIA FEMININA 1993-2003	PIA MASCULINA 1993-2003	PIA TOTAL 1993-2003
32,41	30,98	31,70

Fonte: IBGE: PNADS, 1993-2003

Elaboração da própria autora; PIA= População em Idade Ativa.

Em relação ao crescimento da população economicamente ativa (PEA) em Goiás, de um contingente de 1.572.723 pessoas em 1993, a PEA urbana passou para 2.335.186 pessoas em 2003, revelando um crescimento no período de 48,48%, praticamente de 5% ao ano na média.

O crescimento da PEA urbana foi mais intenso notadamente para a população feminina. Os dados das tabelas 1 e 2 expressam que, apesar do crescimento da população ativa em taxas médias anuais de 3,5%, a PEA urbana cresceu a um ritmo muito mais intenso, para a população feminina o crescimento médio girou em torno de 6,65% ao ano, e foi notadamente inferior para a população masculina, em média de 3,75% ao ano.

Em 1993, 37,47% da PEA urbana estava constituída pelo gênero feminino e 62,53%, pelo masculino. Já em 2003, a PEA urbana passou a ser constituída por 42,06% de mulheres e, 57,94% de homens, o que demonstra um significativo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho goiano.

Há que se considerar, porém, que o gênero masculino, apesar de representar metade da população no estado, ainda possui uma maior participação no mercado de trabalho dado que sua participação na PEA urbana total ainda é superior à feminina, apesar do crescimento relativo mais intenso desta última nos últimos anos do período.

feminina; e o aprofundamento do processo de urbanização e industrialização da economia nacional que permitiu tanto a ampliação dos postos tradicionais de emprego feminino, como a inserção da mão-de-obra feminina em setores tradicionalmente ocupados pelo gênero masculino bem como a criação de novos postos de trabalho nos diversos segmentos do setor de serviços. (LEONE, 2003 e CACCIAMALI, 2002).

**Tabela 2 - Taxas de crescimento da PEA urbana por gênero
Goiás, anos: 1993-2003 (%)**

PEA FEMININA urbana	PEA MASCULINA urbana	PEA TOTAL urbana
66,65	37,59	48,48

Fonte: IBGE: PNADS, 1993-2003

Elaboração da própria autora; PEA= População Economicamente Ativa.

Ao longo do período considerado, a parcela da PIA que participa do mercado de trabalho, como ocupado ou desocupado, sofreu pouca alteração: de 60,11% em 1993, a participação cresceu para 61,05%. O que na verdade sofreu alteração diz respeito à composição, por gênero e idade, desta participação, como podemos observar a partir dos dados da tabela 3.

**Tabela 3 - Taxas de participação da População no trabalho por gênero e faixa etária
Goiás, anos: 1993-2003 (%)**

FAIXAS DE IDADE	TAXA FEMININA Urbana		TAXA MASCULINA Urbana		TAXA TOTAL Urbana	
	1993	2003	1993	2003	1993	2003
	10 a 14 anos	15,89	7,63	27,75	8,50	21,84
15 a 19 anos	45,77	45,77	76,94	56,43	61,17	49,56
20 a 24 anos	55,99	63,40	92,69	89,78	73,97	76,13
25 a 29 anos	55,20	66,29	96,67	94,80	74,77	80,20
30 a 39 anos	59,68	68,90	97,17	95,51	77,30	81,61
40 a 49 anos	50,10	65,21	95,84	91,64	72,61	77,99
50 a 59 anos	38,52	44,51	79,06	84,29	58,57	63,26
60 anos ou mais	14,57	15,73	50,34	42,86	30,73	28,19
TOTAL	43,67	50,16	77,64	72,47	60,11	61,05

Fonte: PNADS, 1993-2003

Elaboração da própria autora; Taxa de participação= (PEA/PIA)x100

Quanto à composição etária da população economicamente ativa de Goiás, dois fatos chamaram nossa atenção: a queda de participação da PIA muito jovem e jovem - população entre 10 e 14 anos de idade e 15 e 19 anos, respectivamente, no mercado de trabalho; e o crescimento relativamente mais intenso da participação da PIA adulta - população acima de 25 anos.

Em relação à composição por gênero, é notável o crescimento da participação da PIA feminina adulta no mercado de trabalho, assim como a queda, em todos os grupos etários, da participação da PIA masculina. As responsáveis pelas maiores taxas de participação feminina foram mulheres entre 30 a 39 anos (68,90%), e entre 25 a 29 anos (66,29%).

Portanto, a análise dos dados da PNAD permite constatar uma ampliação significativa das taxas de participação feminina na PEA de Goiás, apesar do crescimento menos intenso da população feminina, a qual cresceu em ritmo praticamente semelhante à masculina, ainda que superior à média nacional. Os dados também revelam alterações no perfil etário das trabalhadoras goianas: houve um crescimento mais intenso do trabalho feminino adulto na atividade econômica - mulheres acima de 25 anos, apesar do crescimento significativo em quase todas as faixas etárias, com exceção das mais jovens.

Num quadro de maior participação da mulher no mercado de trabalho, torna-se pertinente analisar a capacidade e a qualidade de absorção de um maior contingente de trabalhadoras na atividade econômica de Goiás, visto que a década dos anos de 1990

exacerbou os fenômenos do desemprego urbano e da informalidade nas relações e condições de trabalho no país. Ou seja, será que foram gerados postos de trabalho formais em número suficiente pela economia goiana capazes de absorver todo o crescimento da PEA feminina no estado?

2. Evolução das taxas de ocupação do emprego feminino em Goiás

A análise das taxas de ocupação e desocupação do emprego em Goiás permite verificar que a ampliação das taxas de participação feminina no mercado de trabalho foi acompanhada, no entanto, de um forte aumento nas taxas de desemprego feminino.

No período compreendido entre 1993 e 2003, o número de ocupados em Goiás cresceu de 1.936.231 para 2.352.144 pessoas, o que corresponde a um crescimento de 21,48% no estoque de emprego total. Pelo corte de gênero, a ocupação masculina cresceu 16,97% no período e, a feminina, cresceu a um percentual visivelmente superior - 29,42%.

Esses percentuais de crescimento não foram suficientes para absorver o incremento de mão-de-obra no mercado de trabalho. Com isso, em ambas as categorias, houve queda nas taxas de ocupação da PEA, e a redução no percentual de homens ocupados foi inferior à redução no de mulheres ocupadas – se em 1993, 95,28% da PEA masculina estava ocupada, em 2003 apenas 93,37% estavam, frente a um percentual de 93,33% da PEA feminina ocupada em 1993 que sofreu redução em 2003 para 88,19%, conforme expressam os dados da tabela 4.

Isto significa que o forte ingresso das mulheres no mercado de trabalho em Goiás foi acompanhado por um crescimento mais intenso das mulheres no contingente populacional desempregado, em relação aos homens.

Tabela 4 - Total de trabalhadores ocupados por gênero e taxa de ocupação Goiás, anos: 1993-2003

INDICADORES	1993	2003
PEA masculina	1.296.399	1.547.331
Homens ocupados	1.235.163	1.444.814
Taxa de ocupação (%)	95,28	93,37
PEA feminina	751.162	1.028.815
Mulheres ocupadas	701.068	907.330
Taxa de ocupação (%)	93,33 %	88,19 %
PEA total	2.047.561	2.576.146
Total de ocupados	1.936.231	2.352.144
Taxa de ocupação (%)	94,56	91,30

Fonte: IBGE, PNAD/1993-2003

Elaboração da própria autora; taxa de ocupação= (total ocupados / PEA total) x 100.

A taxa de desemprego masculina entre 1993 e 2003 cresceu praticamente 40,50%, elevando-se de 4,72% para 6,63%, enquanto a taxa de desemprego feminina cresceu mais intensamente, 77,06%, saindo de um patamar de 6,67% para se estabelecer em 11,81% ao final do período, como podemos observar na tabela 5.

A taxa de desemprego, para a população total em Goiás, cresceu em torno de 60% nos últimos dez anos, passando de 5,44% em 1993 para 8,70% em 2003, o que revela uma taxa média de desemprego em torno de 6,9% ao ano, inferior à taxa de desemprego feminino.

No quesito idade, o aumento do desemprego atingiu de forma generalizada todas as faixas etárias. Porém, ao longo do período, ele se comportou com maior intensidade entre a população feminina jovem, o que pode ser compreendido como uma maior dificuldade de inserção das jovens mulheres no mercado de trabalho em Goiás.

Leone (2003) e Quadros (2003) observam que as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens na busca de trabalho revelam um fenômeno de melhor adequação da mão-de-obra adulta às alterações ocupacionais recentes: em razão tanto de sua maior experiência, qualificação e escolaridade e, de certa forma, pelo fato de que as ocupações que mais cresceram nos anos 90, como empregadores e trabalhadores por conta-própria, tradicionalmente serem ocupações da população adulta.

**Tabela 5 - Evolução das taxas de desemprego por gênero
Goiás, anos: 1993; 1997; 1999; 2001 e 2003**

INDICADORES	1993	1997	1999	2001	2003
Mulheres ocupadas	701.068	781.910	781.800	909.890	907.330
Mulheres desempregadas	50.094	73.090	111.876	107.957	121.485
Taxa de desemprego (%)	6,67	8,55	12,52	10,61	11,81
Homens ocupados	1.235.163	1.398.670	1.408.703	1.504.571	1.547.331
Homens desempregados	61.236	83.358	103.602	102.159	102.517
Taxa de desemprego (%)	4,72	5,96	7,35	6,79	6,63
TOTAL ocupados	1.936.231	2.097.222	2.086.901	2.312.302	2.352.144
Total desempregados	111.330	156.448	215.478	210.116	224.002
Taxa de desemprego (%)	5,44	6,94	9,36	8,33	8,7

Fonte: IBGE, PNAD/1993-2003

Elaboração da própria autora; taxa de desemprego= ((total ocupados / PEA total)x 100) – 100

Nesse sentido, o aumento da participação feminina na atividade econômica em Goiás não foi acompanhado por um crescimento suficiente de oportunidades ocupacionais de trabalho, como indicam as crescentes taxas de desemprego deste gênero ao longo do período analisado. Na verdade, entre as mulheres jovens ocorreu um decréscimo acentuado nas taxas de ocupação, revelando as significativas dificuldades do mercado de trabalho em absorver novas parcelas desta população. Por outro lado, a efetiva participação das mulheres na atividade econômica vem ocorrendo de forma a absorver com maior intensidade aqueles grupos de mulheres mais adultas, refletindo uma mudança importante no comportamento feminino – a sua permanência mesmo casada e com filhos no trabalho.

Arelado a esse fenômeno de maior desemprego entre as mulheres no estado, deve-se verificar em que condições o trabalho feminino passou a ser incorporado ao processo produtivo, e isso no que diz respeito ao perfil ocupacional, à qualidade dos empregos gerados e às relações de trabalho estabelecidas.

3. Análise das condições de ocupação da mão-de-obra feminina em Goiás no contexto econômico da década dos anos de 1990 e início do século XXI

A profunda transformação na estrutura produtiva da economia nacional ao longo dos anos de 1990, com lento crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e pouco investimento, provocou fortes impactos no nível e nas condições de emprego no país, o que deve ser compreendido através das mudanças que por ela foram geradas na dinâmica do mercado de trabalho nacional. Os resultados mais imediatos destas mudanças foram: a) redução dos postos de trabalho formais; e b) terceirização de atividades, com queda de participação do setor industrial na geração de empregos e crescimento de ocupações no setor terciário – sendo que, neste último, foram criadas novas oportunidades de trabalho de natureza precária se considerarmos fatores como estabilidade, segurança e remuneração. As medidas econômicas

implementadas nos anos de 1990, que ficaram conhecidas genericamente pelo termo *políticas neoliberais*, e que moldaram o processo de reestruturação produtiva da economia, promoveram alguns efeitos perversos sobre a dinâmica setorial de geração de empregos *formais* no país. Tais medidas levaram à modernização da economia com muita importação, à desintegração das cadeias produtivas, à racionalização das atividades na empresa, dado o aumento de sua exposição à competição dos produtos importados, e a baixas taxas de investimento e crescimento do produto que, aliadas às novas tendências de organização do trabalho nas grandes empresas, visando basicamente redução de custos de produção, acabaram por provocar impacto devastador sobre o mercado de trabalho assalariado, em que pese a eliminação significativa de postos de trabalho preexistentes sem a criação de novos⁴.

É importante ressaltar, segundo Leone (2003), que a queda no grau de formalização da mão-de-obra na economia nacional não está relacionada apenas a redução do ritmo de atividade dos setores que criavam oportunidades de ocupação formal e a expansão do ritmo de atividade dos que criavam ocupações ditas informais, houve também um processo de reestruturação da atividade dos primeiros que culminou com a geração de postos de trabalho não formalizados.

No que diz respeito à economia goiana, os novos rumos da economia nacional tiveram repercussão semelhante sobre o mercado de trabalho do estado. No entanto, é necessário considerar que os movimentos de reestruturação e desregulamentação econômica, com crescimento do emprego informal e precário, tiveram impactos peculiares sobre a economia e o mercado de trabalho de Goiás. Isso ocorreu em função das características particulares do seu processo de desenvolvimento econômico e da forma como o estado tem se integrado nas últimas décadas do século XX à economia nacional.

Para Maia (2005), Silva (2002) e Estevam (1998), o processo de urbanização e industrialização de Goiás, como elemento promotor de transformações sócio-econômicas na sociedade e de progresso técnico nas atividades produtivas, que desemboca no fenômeno clássico de assalariamento e formalização da mão-de-obra, “decolou” no estado só a partir dos anos de 1970. Ao longo do século XX, Goiás conquistou o seu espaço na economia nacional como fornecedor de alimentos e matérias-primas e como *entrepoto comercial* ligando as regiões norte e sul do país. A atividade industrial predominante esteve voltada à oferta de bens alimentares semiprocessados e, apenas no final do século, o setor industrial que era frágil e sem relevância econômica, diversificou-se com uma maior oferta de produtos tanto tradicionais quanto novos – porém ainda concentrado na produção de bens de consumo.

É por esse motivo que os autores acima chamam a atenção para o caráter tardio, rápido, intenso e desordenado do processo de urbanização e modernização econômica do estado a partir da construção de Brasília. Enquanto a indústria se consolidava como importante gerador de renda e emprego no sudeste, aumentando sobremaneira sua participação no PIB, em Goiás ela ainda não se apresentava, relativamente aos demais setores, como um setor de destaque na economia regional. O que apenas recentemente foi alterado mas de forma ainda modesta.

Nos anos de 1990, houve uma nítida desaceleração das taxas de crescimento econômico do estado, o que já era observado desde os anos de 1980, apesar da variação do PIB goiano não ter sido tão brusca quanto a nacional. Este fato deve-se a alta participação do setor agropecuário na composição do PIB do estado, sendo que o mesmo absorveu impactos menos negativos, no que diz respeito à produção, do que o industrial com o processo de

⁴ Essas e outras considerações sobre o processo de reestruturação produtiva da economia brasileira nos anos 90 e seus impactos sobre o mercado de trabalho podem ser verificadas em Mattoso (1999), Pochamann (1999), Baltar (2003) e Roy (1999).

abertura e desregulamentação do mercado nacional. Este comportamento também foi observado nos últimos anos, inclusive com relativa melhora nos indicadores do PIB e da participação da economia goiana na nacional, como expressam os dados da tabela 7.

Apesar do ritmo de crescimento recente da economia goiana se apresentar em patamar superior ao nacional, tal crescimento não foi suficiente para gerar novas oportunidades de trabalho compatíveis com o ritmo de crescimento da PEA urbana no estado, em particular da feminina. Ao longo dos últimos dez anos (1993-2003), a economia goiana cresceu a um ritmo médio anual de 3,9%, enquanto a população no período cresceu a um ritmo médio anual de 3,2% e, a PEA urbana, cresceu a um ritmo mais intenso – em torno de 5% ao ano, sendo que a PEA feminina cresceu na média de 6,5% ao ano.

**Tabela 7 - PIB, taxas de crescimento e participação no PIB nacional
Goiás, anos: 1993, 1997, 1999, 2001 e 2002***

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO		TAXAS DE CRESCIMENTO		PARTICIPAÇÃO NO PIB NACIONAL
	em valores correntes / R\$milhão**		(%)		(%)
	GOIÁS	BRASIL	GOIÁS	BRASIL	GOIÁS
1993	707.503	14.039.352	6,4	4,9	1,83
1997	16.025	870.743	5,2	3,3	1,84
1999	17.920	973.846	3,1	0,8	1,84
2001	25.048	1.198.736	4,3	1,3	2,09
2002	31.299	1.346.028	4,9	1,9	2,33

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN- Gerência de Contas Regionais /IBGE - Departamento de Contas Nacionais
Elaborado pela própria autora.

*O PIB de Goiás consolidado para o ano 2003 não foi apresentado até o fechamento desta pesquisa.

** em CR\$ milhão para o ano de 2003

A análise setorial revela que o setor agropecuário foi o que obteve melhor desempenho econômico no estado ao longo dos anos de 1990, seguido pelo setor de serviços e o industrial – este último enfrentou taxas de crescimento negativas em 1990, 1991, 1995 e 1998. Enquanto o setor agropecuário cresceu 59,7%, o setor de serviços cresceu 33,1% e o industrial, 21,8% neste período. (SILVA, 2002).

Nos últimos anos o setor agropecuário continua revelando um bom desempenho econômico – entre 2001 e 2002, a produção agropecuária cresceu 7,82%, adquirindo maior participação no PIB do estado. O crescimento do setor industrial foi relativamente modesto se comparado ao do agropecuário: entre os anos de 2001 e 2002, a produção industrial cresceu 3,26% e sua participação no PIB estadual caiu de 35,03% para 32,62%, retornando praticamente ao mesmo patamar verificado em 2000. Já o PIB do setor de serviços apresentou um crescimento maior que o industrial – em torno de 4,53%, porém vem apresentando ano a ano queda de participação no PIB do estado – em 2001 sua participação era de 47,44% do PIB caindo para 44,87% em 2002. (tabela 8). Como resultado, atualmente a participação de cada um dos setores no PIB goiano é mais equilibrada do que no início dos anos de 1990.

Apesar do sucesso econômico obtido pelo setor agropecuário nos últimos anos, este setor foi o responsável por uma grande perda de empregos no meio rural, intensificando o processo de urbanização precária e caótica nos centros urbanos e exacerbando as taxas de desemprego. Como o setor industrial teve um crescimento apenas moderado, inclusive negativo em 1995 e 1998, e historicamente nunca foi capaz de gerar um número razoável de novas ocupações, coube novamente ao setor de serviços absorver o crescimento da população economicamente ativa do estado, o que ocorreu conforme as características de ocupação da mão-de-obra neste setor, ou seja, com a geração tanto de postos de trabalho formais quanto informais e precários.

**Tabela 8 - Taxa real de variação do PIB total e por setor (%)
Goiás, anos: 1995, 1997, 1999, 2001 e 2002**

ANO	PIB TOTAL	PIB AGROPECUÁRIA	PIB INDUSTRIAL	PIB SERVIÇOS
1995	1,84	4,20	-0,84	2,43
1997	5,27	8,61	7,29	3,41
1999	3,17	4,53	3,18	2,76
2001	4,30	7,37	2,39	4,52
2002	4,90	7,82	3,26	4,53

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2003

As análises do DIEESE-GO (2003), de Silva (2002) e Maia (2005), confirmam que ao longo dos anos de 1990, e mesmo nos últimos anos, o setor que tem gerado o maior número de postos de trabalho no estado é o de serviços, com destaque para o comércio. Os dados levantados por Silva (2002) demonstram que em 1992 este setor foi o responsável pela geração de 50,6% de postos de trabalho em Goiás e atingiu em 1999 um percentual de 64,6% de ocupação da mão-de-obra formal. Já a indústria tem apresentado menor dinamismo na geração de novos postos de trabalho e, a agricultura, vem eliminando postos de trabalho ano após ano no estado.

Segundo os dados do Censo 2000 do IBGE, relatados em estudo do IBGE (2003) sobre o mercado de trabalho goiano e expressos aqui na tabela 9, há um predomínio de trabalhadores assalariados entre a população ocupada tanto no Brasil quanto no estado. Porém, no Brasil o percentual de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada em relação aos que não possuem um vínculo formal é superior – 36,98% dos ocupados são assalariados com carteira frente a 24,31% sem carteira, o que já não ocorre em Goiás. Os dados revelam que os percentuais de participação destas categorias – assalariado com carteira e sem carteira, são muito próximos, 31,71% e 31,65% respectivamente. Ou seja, há no estado uma maior proporção percentual de trabalhadores sem carteira de trabalho do que o verificado no país.

**Tabela 9. Ocupados por posição na ocupação e categoria de emprego
Brasil e Goiás: 2000**

CARACTERÍSTICAS	BRASIL		GOIÁS	
	(%) da PEA	(%) dos ocupados	(%) da PEA	(%) dos ocupados
PEA	100,00	---	100,00	---
Com carteira assinada	31,42	36,98	27,83	31,71
Militares e func. públicos	4,90	5,76	6,35	7,23
Sem carteira assinada	20,65	24,31	27,78	31,65
Empregadores	2,42	2,84	3,48	3,96
Conta própria*	19,00	22,36	19,37	22,07
Trabalhador sem remuneração	3,35	3,95	1,23	1,40
Tralhador p/ consumo e uso próp	2,48	2,92	1,01	1,15
OCUPADOS	84,96	100,00	87,77	100,00

Fonte: IBGE, Censo 2000 (tabulação avançada – subamostra)

Elaboração: DIEESE/GO; reelaboração: da própria autora.

*Definimos o *trabalhador por conta-própria* como aquele indivíduo que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado, conforme metodologia empregada pelo IBGE.

Se considerarmos os trabalhadores por conta-própria, 22,07% da população ocupada, mais os trabalhadores sem remuneração e os trabalhadores para o próprio consumo, que

representam 1,40% e 1,15%, respectivamente, dos ocupados, chegamos a conclusão que mais da metade da população ocupada no estado, 56,27%, exerce suas atividades de maneira informal e precária no que diz respeito ao baixo grau de estabilidade, segurança e remuneração no trabalho.

Embora o mercado de trabalho formal em Goiás tenha expandido o número de postos de trabalho em um ritmo significativamente superior à média nacional na década dos anos de 1990 – o percentual de crescimento foi de 52,71% para o estado e apenas 13,06% para o país, provocando inclusive um crescimento de sua participação em relação ao total de empregos formais no país; o grau de informalidade e precariedade no mercado de trabalho goiano ainda é relativamente superior ao nacional, como indicam os dados acima.

E, o mercado de trabalho formal em Goiás ainda é marcado predominantemente pelos ocupados do sexo masculino – em 2000, 60,82% das vagas formais de trabalho foram destinadas à população masculina, enquanto 39,18% à feminina. Portanto, se tal disparidade existe, um corte analítico de gênero se torna imprescindível para compreender a situação das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho goiano.

4. Análise da distribuição e formalização da ocupação feminina no estado de Goiás

O avanço da participação das mulheres na força de trabalho econômica nas últimas décadas do século XX, sobretudo das mulheres adultas, tanto no país como no estado, esteve concentrada no dinamismo do setor terciário, setor que tradicionalmente apresenta elevado grau de informalização e precarização das relações e condições de trabalho. (Leone, 2003 e DIEESE-GO, 2003).

**Tabela 10 - Distribuição da ocupação feminina por setor e grupo de atividade
Goiás, anos: 1993-2001 (%)**

<i>Setores e grupos de atividades</i>	<i>Distribuição das mulheres adultas ocupadas 1993</i>		<i>Distribuição das mulheres adultas ocupadas 2001</i>	
	Total	% ocupadas	Total	% ocupadas
Agrícola	168.009	22,85	84.820	8,79
Indústria	53.041	7,21	76.148	7,89
Ind. de Transformação*	49.439	6,72	72.933	7,55
Construção Civil	3602	0,49	3.215	0,34
Serviços	514066	69,92	803.859	83,31
Comércio de mercadorias	77281	10,51	146.504	15,18
Prestação de serviços	88074	11,98	150.026	15,54
Serviços Domésticos	175173	23,82	240.650	24,94
Transporte e Comunicação	3274	0,44	9.635	0,99
Atividades sociais	110016	14,96	168.362	17,44
Administração Pública	29468	4,00	53.986	5,59
Serviços auxiliares ativ.ec.	18992	2,58	24.418	2,53
Outras	11788	1,6	10.278	1,06
TOTAL	735116	100,00	964.827	100,00

Fonte: IBGE: PNAD 1993, 1999 e 2001. Elaboração da própria autora.

* e outras atividades industriais

A análise dos indicadores de distribuição da ocupação feminina da PNAD (1993 a 2003) permite afirmar que foram as atividades do setor terciário aquelas que mais

empregaram a mão-de-obra feminina no estado. Se em 1993, 70% das trabalhadoras atuavam no setor de serviços, em 2001 este percentual subiu para 83% como indicam os dados da tabela 10.

Ocorreu, entre 1993 e 2001, uma notável perda de participação do setor agrícola na geração de postos de trabalho feminino - e é importante ressaltar que foi o setor econômico de melhor desempenho no estado; e um ganho apenas moderado de participação do setor industrial, confirmando o perfil terciário da ocupação feminina em Goiás.

Em 2001, as atividades que mais empregaram a mão-de-obra feminina foram, em ordem decrescente, os serviços domésticos (25%), as atividades sociais (educação, saúde, previdência e assistência social: 17,5%), de prestação de serviços (pessoais, domésticos e domiciliares: 15,5%) e comércio (15%).

Ao final do período, este perfil ocupacional sofreu poucas alterações. Na tabela 11, observa-se que em 2003, a maior parte das mulheres ocupadas ainda permanece fortemente concentrada no setor de serviços, a uma taxa ainda superior à de 1993 (78%). Entretanto, o setor industrial ganhou maior participação, com notável crescimento de postos de trabalho ao longo do período apesar de não se revelar um empregador significativo da mão-de-obra feminina em relação aos demais (13%). Chama a atenção o crescimento da participação das atividades da administração pública, quase 60% no período, ocupando 6% da PEA feminina no estado.

**Tabela 11 - Distribuição e variação da ocupação feminina por setor e grupo de atividade
Goiás, anos: 2003 e 1993-2003 (%)**

<i>Setores e grupos de atividades</i>	<i>Distribuição das mulheres adultas ocupadas 2003</i>		<i>Varição da distribuição 1993-2003</i>
	Total	% ocupadas	
Agrícola	85532	8,71	(61,88)
Indústria	126145	12,86	78,36
Indústria de transformação*	123483	12,59	87,35
Construção civil	2662	0,26	(46,93)
Serviços	766549	78,14	11,75
Comércio e reparação	165747	16,89	**
Alojamento e alimentação	40615	4,14	**
Transporte, armazenagem e comunicação	13980	1,42	**
Administração Pública	61909	6,31	57,75
Educação, saúde e serviços sociais	160115	16,32	9,09
Serviços Domésticos	222344	22,66	-4,86
Outros serviços coletivos, sociais e pess.	60563	6,17	**
Outras atividades	41276	4,2	**
Atividades mal defin. ou não declaradas	-	s/d	s/d
TOTAL	980888	100	-

Fonte: IBGE: PNAD 1993, 2001 e 2003. Elaboração da própria autora

* e outras atividades industriais. ** em função de alterações metodológicas na classificação e grupamento de atividades pelo IBGE a partir de 2002, não é possível, *a priori*, estabelecer uma base comum de comparação a partir da construção de uma série histórica, que envolva os anos de 1993 até 2003, no que diz respeito às atividades pertencentes ao setor serviços.

No ramo de prestação de serviços, os serviços domésticos ainda contam com a maior parcela de ocupadas no estado, 22,5%. Podemos afirmar que o serviço doméstico tem um papel importante na absorção de mulheres no mercado de trabalho, provavelmente das pouco escolarizadas e das mais maduras que nele permanecem na falta de outras oportunidades

ocupacionais. Não podemos nos esquecer que a ocupação doméstica, em todas as sociedades, sempre representou a porta de entrada das migrantes rurais no mercado de trabalho urbano, como analisa LEONE (2003).E, como o setor agrícola no estado tem expulsado intensamente a mão-de-obra do campo, principalmente a mão-de-obra feminina, a ocupação doméstica se torna um espelho das dificuldades de inserção no mercado urbano dessas migrantes.

Por outro lado, graças à disponibilidade de mulheres para um trabalho de baixa qualificação e remuneração, e à falta de serviços coletivos de atendimento à família como creches, as demais tiveram a possibilidade de consolidar sua participação no mercado de trabalho, inclusive em setores não tradicionais de absorção da mão-de-obra feminina.

Contudo, a significativa participação do trabalho doméstico na ocupação feminina vem ocorrendo com elevado grau de precariedade dado as condições de baixa remuneração e formalização deste tipo de ocupação – mais de 90% das trabalhadoras domésticas não têm registro em carteira e ganhem menos de dois salários mínimos por mês.

Agora, em segundo e terceiro lugar na distribuição da ocupação feminina, encontramos, respectivamente, as atividades de comércio (17%) e, as sociais (16,5%), segundo a nova classificação de grupos de atividades que o IBGE passou a adotar a partir de 2002. Portanto, a expansão do emprego feminino nos últimos anos concentrou-se, sobretudo, nas ocupações de prestação de serviços e comércio, setores que, como já afirmado, tradicionalmente apresentam baixo grau de formalização do trabalho. As atividades sociais continuam importantes como tradicionais geradoras de postos de trabalho feminino, porém, acabaram perdendo posição ao longo do período.

Não podemos afirmar que este perfil de ocupação é próprio das características de absorção do mercado de trabalho goiano por que, se adotarmos um corte analítico por gênero, podemos observar pelos dados da PNAD – 1993 e 2003, que a distribuição da população masculina é mais equilibrada: se, em 1993 70% do emprego feminino se destinava ao setor de serviços, quanto ao masculino, este percentual era de apenas 42% sendo que o setor industrial absorvia 21% dos homens e o agrícola, 36,5%. Em 2003, enquanto a participação feminina no setor de serviços subiu para 78%, a masculina também cresceu só que a um percentual de 52%, enquanto o setor industrial absorveu 25% e o agrícola, 23%.(tabela 12).

Tabela 12 - Distribuição e variação ocupacional por gênero e por setor e grupo de atividade Goiás, anos: 2003 e 1993-2003 (%)

Grupo de atividade	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	2003				Variação da distribuição 1993-2003	
	Total Mulher	% ocupados	Total Homem	% ocupados	Mulher	Homem
Agrícola	85.532	8,71	341.475	22,90	(61,88)	(37,38)
Indústria	126.145	12,86	374.103	25,08	78,36	19,42
Serviços	766.549	78,14	774.504	51,94	11,75	22,44
TOTAL	980.888	100,00	1.491.081	100,00	---	---

Fonte: IBGE: PNAD 1993 e 2003. Elaboração da própria autora.

Por outro lado, pode-se afirmar que as atividades da construção civil, por suas exigências de baixa qualificação e escolaridade bem como pouca remuneração, equiparam-se às ocupações femininas nas atividades domésticas remuneradas e, por isso mesmo, os migrantes homens se encaixam nas mesmas situações descritas acima para as mulheres migrantes. Se isto pode ser verdade para o país, o mesmo não pode ser dito para Goiás -

quanto ao percentual de participação dos homens nesta atividade, em 1993, a construção civil ocupava 11% dos homens, em 2001 13% e, em 2003, 12%, lembrando que, conforme visto anteriormente, as taxas de desemprego masculino foram menores que as femininas no período.

Assim, pelo menos a partir do que estes dados revelam, a situação dos homens é menos precária que a das mulheres no que diz respeito à distribuição ocupacional.

Esse fato se torna mais nítido com os dados da tabela 13. Se avaliarmos o perfil ocupacional dos trabalhadores goianos conforme sua posição no trabalho principal, um recorte analítico por gênero revela que as mulheres têm ocupado ao longo do período um percentual maior de postos de trabalho precários e/ou informais: em 1993, 71% das trabalhadoras se encontravam ou em empregos sem carteira de trabalho assinada, ou como conta-própria, trabalhadoras sem remuneração ou em atividades para o próprio consumo ou uso. Esse percentual foi de 66% para os homens em 1993. Embora em 2003 esses indicadores demonstrem uma melhora na qualidade dos trabalhos ocupados, em função do aumento do grau de assalariamento da força de trabalho e do número de empregos com carteira assinada para ambos os sexos, a diferença persiste com um percentual de 58% para os homens e 59% para as mulheres, agora, porém, em patamares mais próximos.

**Tabela 13 - Distribuição das pessoas adultas ocupadas por gênero e posição na ocupação
Goiás, anos: 1993 e 2003 (%)**

Posição na ocupação e Categoria do emprego	Distribuição das pessoas adultas ocupadas por gênero 1993			Distribuição das pessoas adultas ocupadas por gênero 2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregados	52,01	60,48	37,46	58,08	64,35	48,56
C/ carteira de trabalho assinada	19,78	21,83	16,26	26,64	29,24	22,70
Militares e funcionários públicos es..	6,68	5,00	9,58	8,27	6,14	11,50
Outros s/ carteira de trabalho assinada e sem declaração	25,55	33,64	11,62	23,17	28,97	14,35
Trabalhadores domésticos	9,02	0,41	23,83	9,59	0,98	22,67
C/ carteira de trabalho assinada	0,46	0,05	1,16	1,93	0,47	4,14
S/ carteira de trabalho assinada	8,56	0,36	22,67	7,66	0,51	18,53
Conta própria	19,42	23,65	12,16	20,97	24,69	15,30
Empregadores	5,21	7,23	1,74	4,85	6,36	2,54
Não-remunerados	7,21	7,43	6,82	3,58	2,48	5,26
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6,95	0,54	17,95	2,84	0,98	5,67
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,18	0,26	0,04	0,09	0,16	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ocupados em atividades informais e/ou precárias	67,87	65,88	71,26	58,31	57,79	59,11

Fonte: IBGE; PNAD: 1993 e 2003. Elaboração da própria autora

O aumento do emprego com carteira para as mulheres ocorreu, porém, paralelamente a um aumento do emprego sem carteira assinada – se em 1993 11,5% das mulheres ocupadas estavam empregadas sem registro em carteira e, 16%, com registro em carteira; em 2003 esses percentuais subiram para 14% e 23%, respectivamente. Para a população masculina, o emprego com carteira subiu enquanto o sem carteira diminuiu (IBGE, PNAD 1993-2003).

Portanto, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho goiano vem expressando, ao longo dos anos, a dificuldade de geração de postos de trabalho feminino formais e menos precários dado o fato de que quase 60% das mulheres adultas ocupadas em 2003 estarem presentes em atividades terciárias precárias com baixo grau de formalização e rendimento.

Os dados revelam que foram as atividades de prestação de serviços pessoais e sociais e o comércio de mercadorias, tradicionalmente ocupações de caráter feminino, que permitiram a expansão da ocupação das mulheres no mercado de trabalho goiano. Apesar do crescimento do emprego feminino nas atividades industriais e na administração pública, ambos incorporam um percentual relativamente baixo de trabalhadoras frente ao setor terciário.

Se estabelecermos uma comparação com a média nacional, podemos observar pela tabela 14 que este quadro não difere muito do nacional, são poucas as diferenças, mas, uma chama a atenção: os indicadores de formalidade e precariedade da ocupação feminina são piores para o estado de Goiás em relação ao país. A distribuição da ocupação feminina no estado concentra uma parcela maior de mulheres adultas em atividades precárias e sem vínculos formais do que o verificado no quadro nacional.

**Tabela 14 -. Distribuição das mulheres adultas ocupadas por posição na ocupação
Goiás e Brasil: anos 1999 e 2003 (%)**

<i>Posição na ocupação e Categoria do emprego</i>	<i>Distribuição das mulheres adultas ocupadas por gênero 1999</i>		<i>Distribuição das mulheres adultas ocupadas por gênero 2003</i>	
	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás
Empregadas	43,95	43,12	47,54	48,56
C/ carteira de trabalho assinada	23,24	18,23	25,64	22,70
Militares e func. públicas estat.	8,94	11,96	8,86	11,96
Outras s/ carteira assinada	11,76	12,93	13,04	14,35
Trabalhadoras domésticas	17,19	24,43	17,31	22,67
C/ carteira de trabalho assinada	4,08	2,69	4,52	4,14
S/ carteira assinada	13,10	21,74	12,70	18,53
Conta-própria	16,12	15,62	16,29	15,30
Empregadoras	2,19	2,61	2,51	2,54
Não-remuneradas	12,27	6,12	9,33	5,26
Trabalhadoras na prod. e const. p/ o próprio consumo e uso	8,30	8,10	7,01	5,67
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Ocupadas em atividades informais e/ou precárias</i>	61,55	64,51	58,37	59,11

Fonte: IBGE; PNAD: 1999 e 2003; elaboração da própria autora.

Enquanto em 1999, 61,5% das ocupações femininas no país estiveram atreladas as condições de informalidade, o percentual no estado foi de 64,5%. Já em 2003, esse percentual passou para 58% no país e continuou maior no estado, em torno de 59%.

Essa comparação é oportuna por que houve, ao longo dos anos de 1990, uma piora dos indicadores de assalariamento e formalização da mão-de-obra feminina no país, com pequena melhora em 2003. Mesmo com a deterioração das relações e condições de trabalho feminino verificada no quadro nacional, Goiás, que apresentou taxas de crescimento do PIB superiores às nacionais no período, ainda permanece com uma menor capacidade de geração de empregos de melhor qualidade para sua população feminina frente à nacional.

Se levarmos em conta a evolução do perfil dos rendimentos médios das mulheres ocupadas em suas atividades principais ao longo do período, vamos encontrar um outro indicador da qualidade dos trabalhos gerados para a população feminina. Os dados da tabela 15 permitem verificar que mais de 55% das mulheres adultas ocupadas em 1993 ganhavam até um salário mínimo por mês, perfazendo um total percentual de quase 80% de mulheres ganhando no máximo dois salários mínimos. Em 2003, 76% das trabalhadoras goianas recebiam até dois salários mínimos por mês, enquanto 46%, até um salário mínimo.

Tabela 15. Distribuição das pessoas adultas ocupadas por nível de rendimento mensal na ocupação principal e por gênero; Goiás, anos: 1993 e 2003 (%)

<i>Classes de rendimento mensal</i>	<i>Distribuição dos ocupados adultos 1993</i>		<i>Distribuição dos ocupados adultos 2003</i>	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0%	100,0	100,0
Até 1 SM	31,2	55,3	22,3	46,0
Mais de 1 a 2 SM	29,0	23,7	35,7	30,2
Mais de 2 a 3 SM	12,4	6,5	18,6	10,5
Mais de 3 a 5 SM	12,0	7,2	12,2	7,4
Mais de 5 a 10 SM	7,8	4,1	6,8	4,1
Mais de 10 SM ou mais	6,3	2,4	4,4	1,7

Fonte: IBGE, PNAD: 1993 e 2003. Elaboração da própria autora

Houve, sem dúvida nenhuma, uma melhora no perfil dos rendimentos das mulheres ocupadas entre 1993 e 2003, porém estes continuam em níveis bastante inferiores. Esses patamares são efetivamente muito baixos inclusive se comparado com o perfil de rendimentos masculinos. Em 1993, 60% dos homens ocupados ganhavam até no máximo dois salários mínimos, com 31% recebendo até um salário mínimo. Em 2003, esses valores se reduziram para 58% e 22%, respectivamente. Ou seja, além de contarem com uma participação mais precária, menos segura e estável no mercado de trabalho, as mulheres também possuem um perfil de remuneração inferior ao patamar masculino.

A análise do perfil dos rendimentos médios femininos por posição na ocupação apresenta um quadro ainda menos promissor.

Apesar do número de empregos femininos crescer no período, inclusive em relação àqueles com vínculos formais, a baixa remuneração da mão-de-obra feminina permaneceu ao longo do período – em 1993, 79,7% das mulheres adultas empregadas ganhavam até no máximo três salários mínimos enquanto em 2003, esse percentual subiu para 81,5%. (Tabela 16).

Quanto às trabalhadoras domésticas, se em 1993 88% destas mulheres ganhavam até no máximo um salário mínimo, e 99,5% até no máximo três, em 2003 77,5% ganhavam até um salário mínimo só que, 100% destas não ganhavam mais do que três salários mínimos. Sendo esta a atividade isolada com maior concentração de mulheres adultas ocupadas, é possível determinar o quão precárias são as ocupações femininas no estado se considerarmos também o seu perfil de remuneração.

Se houve alguma melhora para as trabalhadoras domésticas, apesar de permanecerem em níveis muito baixos de remuneração, o mesmo não pode ser afirmado para as mulheres que atuam por conta própria. Em 1993, 46% destas trabalhadoras recebiam até no máximo um salário mínimo. Esse percentual subiu para 49,5% em 2003. Temos aqui um mito importante a averiguar. O senso comum tem afirmado que muitos trabalhadores, homens e mulheres, aderiram às atividades por conta própria para usufruir de um rendimento maior, livres dos

limites legais que o emprego, com ou sem carteira, impõe aos seus rendimentos. O fato é que os rendimentos de mais da metade desta categoria declinaram nos últimos anos, e uma parcela relativamente menor é que pôde, na verdade, usufruir de maior renda.

Tabela 16 – Distribuição das mulheres adultas ocupadas por posição na ocupação e rendimento médio mensal; Goiás, anos: 1993 e 2003

Posição na ocupação e classes de rendimento médio mensal	Distribuição (%) das mulheres adultas ocupadas	
	1993	2003
<i>Empregadas</i>	100,0	100,0
Até 1 SM	40,1	32,1
Mais de 1 a 3 SM	39,6	49,4
Mais de 3 a 5 SM	10,7	9,4
Mais de 5 SM ou mais	6,9	4,7
<i>Trabalhadoras Domésticas</i>	100,0	100,0
Até 1 SM	87,8	77,5
Mais de 1 a 3 SM	11,6	22,5
Mais de 3 a 5 SM	0,2	0,0
Mais de 5 SM ou mais	0,0	0,0
<i>Conta-própria</i>	100,0	100,0
Até 1 SM	46,1	49,4
Mais de 1 a 3 SM	36,6	34,0
Mais de 3 a 5 SM	8,8	10,1
Mais de 5 SM ou mais	5,8	6,5
<i>Empregadoras</i>	100,0	100,0
Até 1 SM	10,3	8,1
Mais de 1 a 3 SM	20,0	35,1
Mais de 3 a 5 SM	15,4	21,6
Mais de 5 SM ou mais	53,9	35,2

Fonte: IBGE, PNAD 1993 e 2003. Elaboração da própria autora

Se incorporarmos ao nosso estudo a variável rendimento médio como um indicador de precariedade ocupacional, a conclusão da análise feita parece corroborar a visão de que a *qualidade* das ocupações femininas geradas pela atividade econômica nos últimos dez anos permanece efetivamente baixa, contribuindo para a constituição de um mercado de trabalho inadequado às aspirações de melhor inserção feminina na sociedade moderna.

CONCLUSÃO

A análise dos dados da PNAD/IBGE sobre trabalho e rendimento em Goiás permite verificar que as mulheres ampliaram seu espaço no mercado de trabalho urbano nos últimos anos (1993-2003).

Contudo, se de um lado houve maior envolvimento das mulheres na atividade econômica, por outro lado a geração de postos de trabalho foi insuficiente, dado o aumento da taxa de desemprego feminina no estado, e a qualidade dos empregos gerados pouco melhorou, dado o predomínio da criação das novas ocupações no ramo de prestação de serviços, comércio de mercadorias e atividades sociais, atividades que tradicionalmente apresentam baixo grau de formalização e elevado grau de precarização das condições e relações de trabalho.

O aprofundamento do processo de informalidade no mercado de trabalho pode ser constatado por meio tanto da evolução das formas de inserção dos ocupados urbanos quanto do nível médio de renda.

No primeiro caso, destaca-se que o gênero feminino encontra-se sobrerrepresentado nas categorias de trabalho doméstico, conta-própria e empregado sem carteira assinada. Ainda que pese o aumento do emprego formal (com carteira assinada) no estado, tal crescimento foi incapaz de reverter a maior proporção de mulheres envolvidas em ocupações informais e precárias – em 2003, quase 60% das trabalhadoras goianas exercia alguma ocupação informal ou precária. Se estabelecermos uma comparação por gênero, estes indicadores são menos dramáticos para a população masculina embora também, significativos.

No segundo caso, a evolução do nível médio de renda piorou para as mulheres ocupadas nas categorias de empregado e conta-própria, e melhorou para as trabalhadoras domésticas ainda que a maioria (77,5%) destas últimas não receba mais do que um salário mínimo por mês. Se efetuarmos um corte por gênero, novamente a situação feminina é mais precária do que a masculina - em 2003, 46% das mulheres ocupadas recebia até um salário mínimo por mês, enquanto este percentual foi de 22,3% para os homens.

Portanto, a *feminização* do mercado de trabalho em Goiás ainda é marcada por um grau elevado de precariedade e informalidade nas relações e condições de trabalho o que, desta maneira, não tem contribuído para melhorar as condições de vida da população feminina e muito menos, para atenuar os indicadores de discriminação, pobreza e exclusão social que recaem sobre esta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAR, P.E.A. 2003. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. *In: PRONI, M.W., HENRIQUE, W.(Org.). Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90.* São Paulo: Editora UNESP. cap. 3, p. 107-152.
- BOSCO, C.A. 2003. **Trabalho Informal: Realidade ou Relação de Emprego Fraudulenta?** Curitiba: Juruá Editora.
- BRUSCHINI, C., SORJ, B. 1995. Excluídas do Progresso. *In: Boletim Viver Diferentemente –Beijing95.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).
- CACCIAMALI, M.C. 2002. A composição do mercado informal de trabalho e o papel do mercado de trabalho na redução da pobreza. *In: FIPE/MTE. Estudos e Análises com vistas à definição de Políticas, Programas e Projetos relativos ao Mercado de Trabalho Brasileiro.* Tema 52. São Paulo, FIPE.
- DALBOSCO, E. 2000. **O Trabalho Informal no Brasil: Análise, Conceito, Pesquisas e Impactos Sociais.** Dissertação. (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília.
- DIEESE. 2003. Escritório Regional de Goiás. **Perfil do Mercado de Trabalho na década de 90 em Goiás.** Goiânia: DIEESE-GO. Elaboração de Leila Brito.
- ESTEVAM, L.1998. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Editora do Autor.
- HIRATA, H. 2003. Por quem os sinos doam? Globalização e divisão sexual do trabalho. *In: EMÍLIO, M. et.al. (Orgs.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas.* Caderno no. 3. São Paulo: Coordenadoria Especial para as Mulheres, Governo do Estado de São Paulo. p. 15-30.

- MAIA, V.E. 2005. **Desenvolvimento Econômico de Goiás**. Goiânia: Kelps.
- MATTOSO, J. 1999. **O Brasil Desempregado**. 2ª.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LEONE, E.T. 2003. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. *In*: PRONI, M.W., HENRIQUE, W.(Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP. cap. 5, p.199-230.
- POCHMANN, M. 1999. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto.
- _____. 2000. Raízes da Grave Crise do Emprego no Brasil. *In*: FONTES, R., ARBEX, M.A. (Ed.). **Desemprego e Mercado de Trabalho: Ensaio Teóricos e Empíricos**. Viçosa: UFV. Cap. 5, p. 185-214.
- ROY, L. 1999. O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva. Campinas, SP: Alínea.
- SCORZAFAVE, L.G.D.S. 2004. **Caracterização da Inserção Feminina no Mercado de Trabalho e Seus Efeitos sobre a Distribuição de Renda**. Tese. (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, E.R. 2002. **A Economia Goiana no Contexto Nacional**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.
- SINGER, P. 2000. Trabalho Informal: origens e evolução. *In*: JAKOBSEN, K. *et al.* **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. cap. 1, p. 11-13.
- TOKMAN, V. E. 2001. De la informalidad a la modernidad. *In*: TOKMAN, V. E. (Org.). **De la informalidad a la modernidad**. Santiago: OIT. cap. 1, p. 19-38.
- VALENZUELA, M.E. 2003. Desigualdad de Género y Pobreza en América Latina. *In*: PACHECO, F. **Incorporación de Género en las Políticas de Erradicación de la Pobreza y Generación de Empleo en América Latina**. San José, OIT. cap.3, p. 289-338.

Fonte de Dados Consultada:

- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 1993 a 2003. <http://ww2.ibge.gov.br> – Servidor de Arquivos – Microsoft Internet Explorer. Abril, maio e agosto de 2005.
- _____. **Censo Demográfico– 2000:Trabalho e Rendimento**, 2000. http://ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2000/default_trabalho_rendimento.shtm. Agosto de 2005.
- SEPLAN-GO. **SEPIN - Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005**. Goiás em Dados –2005. <http://portalsepin.seplan.go.gov.br/>. Setembro de 2005.